



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

PROJETO DE LEI Nº 319/2007

Altera dispositivos da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

EMENDA ADITIVA Nº (Deputado LAERTE BESSA)

Acresça-se ao Projeto de Lei proposto o artigo 4º, renumerando-se os seguintes:

“Art.4º Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será transformada em vantagem pecuniária inominada, em caráter permanente.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa impedir que servidores sofram perdas remuneratórias com a implementação do referido projeto de lei, haja vista ser princípio constitucional a irredutibilidade salarial.

Por outro lado, é cediço que inexistente direito adquirido a regime jurídico, não se vislumbrando outra alternativa, senão a transformação em vantagem pessoal inominada de caráter permanente, eventuais perdas salariais, de proventos ou pensões.

Desta feita, o que se pretende com esta proposição nada mais é do que deixar uma interpretação límpida para aquele direito constitucional tido como cláusula pétrea, sem que haja grandes digressões acerca de sua aplicabilidade por parte do Estado.

Neste sentido, é o entendimento solidificado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, verbis:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL
EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 07/03/2006 Órgão Julgador:

Segunda Turma. E M E N T A: RECURSO

EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE

AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES -

INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE

INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE

DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO -

INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO -

PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL -

AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE

VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - **Não há**

direito adquirido do servidor público à

inalterabilidade do regime jurídico pertinente à

composição dos vencimentos, desde que a

modificação introduzida por ato legislativo

superveniente preserve o montante global do

estipêndio até então percebido e não provoque,

em consequência, decurso de caráter pecuniário.

A preservação do quantum global, em tal contexto,

descaracteriza a alegação de ofensa à garantia

constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou

proventos. Precedentes. (grifo nosso).

Sala das Comissões, em /04/2007.

Deputado LAERTE BESSA

PMDB/DF